CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº : 472/93
INTERESSADA : Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo
ASSUNTO : Autorização para Funcionamento de Curso de
Especialização em Direito do Trabalho
RELATOR : Cons. Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá
PARECER CEE Nº 914/93 - CETG - APROVADO EM: 24-11-93

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

A Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo submete à apreciação deste Conselho Estadual de Educação proposta de implantação de Curso de Especialização em Direito do Trabalho, destinado aos Bacharéis em Direito.

Justificando tal propositura, a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo enfatiza a privilegiada localização do Estabelecimento de Ensino, que, sediado no denominado ABCDMR Paulista, compreendendo os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, atende expressiva gama de interessados visto que, nessa região atuam aproximadamente seis mil e quinhentos profissionais da área de Direito, entre Advogados, Magistrados, Promotores de Justiça e Delegados de Polícia.

Insta considerar que a região atendida pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, em sendo um dos mais consideráveis e expressivos pólos industriais da

PROCESSO CEE Nº 472/93

PARECER CEE Nº 914/93

América Latina, é campo de constantes conflitos na área do Direito Trabalhista, exigindo portanto, a cada dia mais, uma maior participação dos profissionais da área de Direito na solução dos conflitos.

1.2 APRECIÇÃO

Em cumprimento às normas contidas na Deliberação CEE nº 02/93 que disciplina o oferecimento de cursos de especialização pelos institutos isolados de ensino jurisdicionados a este Colegiado, a faculdade proponente instrui formalmente os presentes autos processuais com os seguintes dados:

1.2.1 Objetivos

1.2.1.1 Aprimorar os conhecimentos dos profissionais do ramo de Direito na área trabalhista.

1.2.1.2 Capacitar profissionais para o Magistério Superior do Curso de Bacharelado em Direito.

1.2.1.3 Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos.

1.2.1.4 Estimular a produção de trabalhos científicos em nível elevado.

1.2.1.5 Transmitir novos métodos de ensino

1.2.2 Duração do Curso

Com início previsto para agosto do presente ano, o curso será realizado em 140 dias letivos de três horas-aula cada, distribuídos em três semestres, perfazendo um total de 420 horas-aula que serão ministradas às segundas, terças e quartas-feiras das 19:00 às 22:00 horas nas dependências da Faculdade de Direito.

1.2.3 Exigências para Matrícula e Número de Vagas

Os candidatos deverão portar o Diploma de Bacharel em Direito, devidamente registrado ou Certidão de Conclusão de Curso com Colação de Grau e data de remessa para registro do respectivo diploma além dos demais documentos pessoais comumente necessários.

O número de vagas oferecidas será no mínimo 30 (trinta) e a frequência obrigatória, com exigência mínima de 85% de presença.

Consta ainda dos autos processuais que além da frequência, será exigido aproveitamento igual ou superior a 7.0 (sete inteiros) na média final e a nota mínima de 5,0 (cinco inteiros) por disciplina.

1.2.4 O curso constará de 6 módulos conforme quadro demonstrativo abaixo transcrito.

DISCIPLINA	PROFESSOR	TITULAÇÃO	C/H
Direito do Trabalho	Dr. Nelson Mannrich	Doutor/USP	120
Direito Processual do Trabalho	Dr. Sérgio Pinto Martins	Mestre/USP	96
Metodologia e Prática Administrativa	Dra. Edna Felisardo Maffei	Mestre/USP	60
Direito Constitucional	Dr. Diógenes Gasparini	Doutor/PUC	48
Direito Previdenciário	Dr. Wagner Ballera	Doutor/PUC	48
Infortunística	Dr. Aníbal Fernandes	Doutor/USP	48

As emendas das disciplinas, bem como procedimentos e Bibliografia encontram-se nos autos.

1.2.5 Professores Responsáveis - Qualificação

1.2.5.1 Prof. Doutor Nelson Mannrich - Doutor em Direito do Trabalho pela USP/SP.

1.2.5.2 Prof. Sérgio Pinto Martins - Mestre em Direito Tributário pela USP/SP.

1.2.5.3 Prof^a Edna Felisardo Maffei - Mestre em Psicologia pela USP/SP.

1.2.5.4 Prof. Doutor Diógenes Gasparini - Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP.

PROCESSO CEE N° 472/93

PARECER CEE N° 914/93

1.2.5.5 Prof. Doutor Wagner Ballera - Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP.

1.2.5.6 Prof. Doutor Annibal Fernandes - Doutor em Direito do Trabalho pela USP/SP.

Possuidores da qualificação necessária para ministrar o curso solicitado, os componentes do corpo docente apresentam seus "curricula vitae" com pormenores de formação acadêmica e experiência profissional no presente processo.

3. CONCLUSÃO

Autoriza-se, nos termos do presente Parecer, o funcionamento do curso de Especialização em Direito do Trabalho, na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

São Paulo, 06 de setembro de 1993.

a) Cons. Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá
Relator

PROCESSO CEE Nº 472/93

PARECER CEE Nº 914/93

3. DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Afonso Celso Fraga Sampaio Amaral, Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá, Celso de Rui Beisiegel, Nicolau Tortamano, Roberto Moreira, João Cardoso Palma Filho, Arthur Roquete de Macedo e Mário Ney Ribeiro Daher.

Sala das Sessões, aos 13 de outubro de 1993.

a) Cons. Arthur Roquete de Macedo
Presidente da CETG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

O Conselheiro Yugo Okida votou contrariamente, apresentando Declaração de Voto.

Sala "Carlos Pasquale", em 24 de novembro de 1993.

a) Cons. JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA
Presidente

PROCESSO CEE Nº 472/93

PARECER CEE Nº 914/93

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto contrariamente a este Parecer por entender que as instruções de ensino NÃO NECESSITAM solicitar ao Conselho Estadual de Educação quaisquer pedido de aprovação para realização de cursos de especialização, conforme art. 25 da Lei 5.540/68, que é hierarquicamente superior à Deliberação CEE nº 02/93.

São Paulo, 24 de novembro de 1993.

a) Cons. YUGO OKIDA